

DOSSIÊ

TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO PORTUGUÊS, 200 ANOS APÓS EXTINÇÃO:  
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

## DOCUMENTAÇÃO INQUISITORIAL: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES DE PESQUISA DA HISTÓRIA DO ORIENTE PORTUGUÊS - ENTREVISTA COM A HISTORIADORA PATRÍCIA SOUZA DE FARIA\*

Patrícia Souza de Faria é professora associada do Departamento de História e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tem Pós-doutorado na Universidade de Évora. Também atuou como pesquisadora (estudos pós-doutorais) no Centre des Recherches Historiques da École des Hautes Études en Sciences Sociales. Dentre os principais temas de investigação de Patrícia Faria estão: Império Português; Missões Católicas e Inquisição na época moderna; Catolicismo e Poder; Império Asiático Português. Integra o Laboratório de Mundos Ibéricos da UFRRJ; o Projeto Temático "Pensando Goa", vinculado à Universidade de São Paulo (USP) e financiado pela FAPESP; a H\_moderna, Rede Brasileira de Estudos em História Moderna; e o polo brasileiro da Red Columnaria, composta por pesquisadores que investigam os impérios ibéricos na Época Moderna. Dentre as pesquisas desenvolvidas por Patrícia Souza de Faria contam: "'Cristãos da terra' nas malhas do Santo Ofício: disciplinamento, heterodoxias e mobilidades culturais no Oriente Português (séc. XVI-XVIII)", com financiamento do CNPq; "Cativos asiáticos nas malhas do Santo Ofício", com apoio da FAPERJ; "De Goa a Lisboa: religiosidades e vida cotidiana de escravos asiáticos processados pela Inquisição (séculos XVI e XVII)", com apoio CAPES e FAPERJ e vinculada ao Programa Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro. É autora do livro: *A Conquista das Almas do Oriente: franciscanos, catolicismo e poder colonial em Goa (1540-1740)*<sup>1</sup> e de demais estudos publicados no Brasil, em Portugal, na Espanha e na Argentina.

---

\* Entrevista realizada por Grayce Mayre Bonfim Souza, Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), e Bruna Letícia Lima Rocha (Bolsista de Iniciação Científica do CNPq), ambas pesquisadoras do Laboratório de Estudos, Documentação Inquisitorial e Sociedade de Antigo Regime (LEDISAR).

<sup>1</sup> FARIA, P. S. de. *A Conquista das Almas do Oriente: franciscanos, catolicismo e poder colonial em Goa (1540-1740)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013

A presente Entrevista foi concedida em junho de 2021 à equipe do Laboratório de Estudos, Documentação Inquisitorial e Sociedade de Antigo Regime (LEDISAR) do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

**LEDISAR:** *Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer a sua disposição e generosidade em conceder esta entrevista, contribuindo, assim, com o dossiê “Tribunal do Santo Ofício português, 200 após extinção: História e Historiografia”. Conte-nos um pouco sobre sua trajetória acadêmica e o seu primeiro contato com a documentação inquisitorial.*

**Patrícia Souza de Faria (PSF):** É um imenso prazer participar deste dossiê e poder conversar sobre como surgiu o meu interesse em desenvolver estudos sobre a Inquisição. Na minha graduação em História, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), eu desenvolvi interesse pelo estudo da história da Índia, que aos poucos se direcionou, especificamente, para a Índia no contexto da colonização portuguesa, nos séculos XVI e XVII, com ênfase em questões relacionadas à conversão das populações nativas ao cristianismo. Não se tratava de uma temática de pesquisa tão recorrente, de maneira que fui buscando meios para desenvolver a investigação no país, pesquisando bibliografia e, especialmente, fontes documentais relacionadas à Índia Portuguesa que estivessem disponíveis no Brasil. Durante a graduação e o mestrado, quando fontes impressas e manuscritas não se encontravam facilmente disponíveis *online*, eu frequentava regularmente o Real Gabinete Português de Leitura e pesquisava nas seções de obras raras e de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN). Foi na Biblioteca Nacional, acredito que nos idos dos anos 1999 ou 2000, que tive o primeiro contato com manuscritos do Tribunal da Inquisição de Goa, sob guarda da instituição. Em 2006, depois que voltei do período sanduíche no Instituto Universitário de Lisboa (IUL-ISCTE), fui contemplada em um edital de pesquisa da FBN para desenvolver uma investigação sobre a Inquisição de Goa.

Depois de concluir o doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2008, e me tornar professora – primeiro, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), entre 2008 e 2010, e, desde 2010, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – tenho desenvolvido pesquisas baseadas em documentos inquisitoriais e outras fontes. Ao todo, foram três projetos, desde 2012. O primeiro deles atentava para as populações nativas da Ásia convertidas ao catolicismo e vítimas da Inquisição de Goa, ao passo que os dois projetos posteriores focalizaram em um grupo específico de nativos: escravizados de origem asiática. Contei com apoio financeiro da CAPES, da FAPERJ, do CNPq, que me permitiu realizar algumas missões de pesquisa e pós-doutorado no exterior, ocasiões em que pesquisei documentos inquisitoriais presentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Portugal.

**LEDISAR:** *Qual a contribuição da documentação inquisitorial para o estudo da história do império português, em geral, e do oriente, em particular?*

**PSF:** A contribuição é imensa para o estudo da história do império português, de modo que eu não conseguiria esgotar o assunto nesta resposta. Fico pensando que uma maneira de dimensionarmos a relevância da documentação inquisitorial é lembrar de algumas obras que utilizaram fontes inquisitoriais e que marcaram a historiografia brasileira. Certamente essas obras fizeram parte da formação de vários pesquisadores e lhes serviram e ainda servem de inspiração, como *O diabo e a Terra de Santa Cruz*, de Laura de Mello e Souza; *A Heresia dos índios*, de Ronaldo Vainfas; *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil*, de Luiz Mott, além dos trabalhos pioneiros de Sônia Siqueira e Anita Novinsky, por exemplo.

Em relação ao Oriente, a documentação inquisitorial foi usada em estudos que tratam da presença de cristãos-novos na Ásia e de redes de mercadores (especialmente de origem cristã-nova) atuantes no Índico e com conexões nos diferentes continentes. As fontes da Inquisição também foram utilizadas em estudos que analisaram processos de cristianização, tratando da relação entre inquisidores e ordens religiosas (especialmente jesuítas), Inquisição e poderes episcopais. Também foram usadas em estudos sobre renegados e populações escravas, por exemplo.

**LEDISAR:** *Podemos colar a imagem da inquisição com a de espelho (ou um dos braços) da intolerância no Antigo Regime?*

**PSF:** A Inquisição pode ser pensada como um espelho dos princípios sobre os quais se assentavam outras instituições do Antigo Regime. Por exemplo, uma das imagens presentes no imaginário geral sobre os procedimentos da Inquisição é a tortura (o “tormento”), que se tratava de prática adotada não apenas pelo Santo Ofício, na Era Moderna, sendo criticada no contexto das Luzes como um procedimento que deveria ser abolido em busca de obtenção de provas – nesse sentido, é emblemática a obra *Dos delitos e das penas*, de Cesare Beccaria, redigida na década de 1760.

Similarmente, vários estudos que tratam da Inquisição a analisam considerando princípios que estruturaram as sociedades de Antigo Regime, como hierarquias, privilégios, distinções sociais. No caso das inquisições ibéricas, vários estudos tratam da observância dos estatutos de pureza de sangue pelo Santo Ofício, quando analisam os processos de habilitação de funcionários e de colaboradores do Santo Ofício, por exemplo.

Em linhas gerais, penso que a Inquisição pode ser vista como um dos braços da intolerância na Era Moderna, fazendo as adaptações que os conceitos de tolerância e intolerância nos demandam para tratarmos das sociedades fundadas sobre premissas anteriores à difusão da ideia de direitos humanos universais e da noção de tolerância religiosa contemporânea.

**LEDISAR:** *Até o início desse século, para pesquisar a documentação inquisitorial era necessário se deslocar para Portugal, pois a maior parte do acervo está em arquivos de Lisboa, e poucas eram as cópias em microfiches que tínhamos*

*disponível aqui no Brasil. Qual a avaliação que você faz em relação à digitalização e disponibilização da documentação pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo e como esses processos contribuem para a nossa historiografia?*

**PSF:** Se, no passado, o acesso à documentação inquisitorial manuscrita era por meio da consulta presencial aos arquivos no exterior ou do pedido de reprodução das fontes, atualmente, com a disponibilização *online* de fontes, temos um barateamento do acesso aos documentos, sem gastos com passagens, hospedagem ou pedidos de reprodução. Isto viabilizou o uso de fontes manuscritas desde os anos iniciais de formação, nas pesquisas de conclusão de curso, nas dissertações de mestrado. Ou seja, deixou de ser necessário aguardar pelo doutoramento, quando as chances de obter um financiamento, caso da bolsa sanduíche, forneciam as condições financeiras para que fosse realizada a pesquisa no exterior.

Nesse sentido, o projeto “Inquisição de Lisboa *online*”, iniciado em 2007, criou condições para um grande impacto na historiografia. Assim, a disponibilização online da documentação inquisitorial digitalizada tem estimulado a produção de muitos estudos no Brasil, uma profusão de pesquisas desenvolvidas especialmente no âmbito dos programas de pós-graduação do país. Em artigo publicado em 2015, o professor Ângelo Adriano Assis (da UFV) apresentou um levantamento de dezenas de dissertações e teses sobre a Inquisição desenvolvidas nas últimas décadas.<sup>2</sup> Uma breve consulta ao catálogo de teses e dissertações da CAPES indica a continuidade desta tendência nos últimos anos.

De maneira geral, penso que esse projeto de digitalização das fontes inquisitoriais possa estar produzindo um impacto na historiografia brasileira equivalente ao exercido pelo Projeto Resgate, que, neste caso, favoreceu o crescimento exponencial de estudos sobre a história da administração, das instituições políticas no império português. O acesso às fontes da Inquisição tem o potencial de ampliar o dinamismo e a inovação de estudos acerca das religiosidades, identidades, estudos de gênero, entre outras temáticas ligadas à história cultural e social, além de propiciar a revisão de interpretações historiográficas tradicionais.

No entanto, o acesso à quantidade monumental de documentos inquisitoriais digitalizados impõe desafios que, a meu ver, ainda precisam ser contornados, que é a produção de mais instrumentos para a classificação e indexação de tantas fontes. Acredito que, cada vez mais, será imperioso o uso de ferramentas digitais que auxiliem os (as) pesquisadores (as) na transcrição e na sistematização dos dados extraídos da documentação inquisitorial. A nova viragem na historiografia possivelmente estará associada à produção científica desenvolvida no bojo de equipes multidisciplinares, que envolvam historiadores, paleógrafos, linguistas, profissionais de tecnologia da informação (inteligência artificial, processamento de imagens e de dados). A *expertise* do (a) historiador(a), adquirida por conta de seus anos desenvolvendo pesquisas individuais, continuará

---

<sup>2</sup> ASSIS, Angelo. A. F.. No interior do labirinto, o olho do vulcão: Revisitar os estudos inquisitoriais no Brasil e vislumbrar o futuro que tecemos. *Ultramares*, v. 1, p. 10-33, 2015.

extremamente relevante, mas poderá ser potencializada se ele (a) conseguir mobilizá-la em tais projetos e equipes coletivas.

**LEDISAR:** *Nas pesquisas do pós-doutoramento, na Universidade de Évora, você se dedicou aos estudos do cotidiano, religiosidade e sociabilidade dos escravos asiáticos na documentação eclesiástica e inquisitorial. Fale-nos um pouco sobre esse tema tão pouco explorado pela historiografia moderna, mas muito instigante.*

**PSF:** Despertou a minha atenção a presença de vários “cativos” e “cativas” asiáticas na documentação da Inquisição de Goa. Inicialmente, eu procurei entender quem eram essas pessoas, o que significava ser “escravo” em Goa e nos demais territórios portugueses da Ásia. No tocante às religiosidades, os escravos asiáticos convertidos ao catolicismo tendiam a ser vistos como suspeitos de retornar às práticas e crenças muçulmanas, principal acusação imputada pela Inquisição de Goa a tais escravos.

Um dos desafios do uso das fontes da Inquisição de Goa é o fato de ter sido destruída a maioria de seus processos; assim, foi preciso analisar outros documentos, como os sumários dos processos, as listas de penitenciados e os traslados dos processos da Inquisição de Goa, que foram remetidos ao reino de Portugal. Fui explorando outras possibilidades, entre elas a análise de processos da Inquisição de Lisboa cujos réus eram asiáticos escravizados ou forros. Essa presença no reino português foi possível porque homens e mulheres de origem asiática, escravizados ou não, foram levados das sociedades do Índico para Portugal na Era Moderna, nas naus da “Carreira da Índia”. Em 2015 e 2016 tive a oportunidade de realizar pesquisas em Portugal, Espanha e na França, pesquisando em arquivos e desfrutando da interlocução com pesquisadores como Maria de Deus Manso e Alessandro Stella, além de indicações de Didier Lahon. Nesse período, eu comecei a investigar o fundo da Câmara Eclesiástica de Lisboa da Torre do Tombo, acervo no qual é possível localizar vários “sumários matrimoniais” em que o noivo e/ou a noiva é proveniente das sociedades do Índico. Esses documentos costumam trazer informações sobre quando tais asiáticos chegaram a Portugal, com quem buscaram se casar, em que freguesia de Lisboa residiam e, com base nas testemunhas referidas na documentação, é possível ter uma amostra de uma parcela das redes de sociabilidade desses asiáticos que viveram em Lisboa.

Pesquisas clássicas e mais recentes sobre a população escrava em Lisboa nos séculos XVI e XVII também têm sido muito importantes nessa tarefa de situar a existência de asiáticos naquela cidade portuguesa. Tais estudos costumam enfatizar a presença escrava de origem africana, porém, ao tentar deslindar a presença de indianos, chineses, malaios, cingaleses em Lisboa não podemos negligenciar que tais asiáticos frequentavam igrejas, desenvolviam suas atividades laborais, alguns se casavam e interagiam de várias formas com populações africanas e com portugueses que residiam naquela cidade.

No estado atual da pesquisa, está em curso a retomada do preenchimento de uma base de dados criada para sistematizar as informações sobre escravos asiáticos extraídos de fontes inquisitoriais e eclesiásticas. Publiquei na forma de artigos e capítulos alguns estudos de caso, mas

espero que, ao concluir a sistematização dos dados nessa base, consiga redigir um livro sobre a temática.

**LEDISAR:** *Qual a possibilidade da utilização da documentação inquisitorial pelos professores de História da Educação Básica, sobretudo no que trata do oriente.*

**PSF:** Uma possibilidade de usar estudos sobre a Inquisição ou trechos de fontes seria explorando temas transversais na Educação Básica. Entre os temas transversais dos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) consta a pluralidade cultural, que poderia ser discutida em termos de tolerância religiosa, considerando que a religião, por vezes, é um dos temas de *bullying*, de discriminação nas escolas, ao passo que as escolas podem se constituir em um ambiente de combate à intolerância religiosa. A atividade da Inquisição no passado poderia ser apresentada como um contraponto às atitudes de tolerância/intolerância religiosa no presente. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em relação aos temas contemporâneos transversais, também inclui diversidade cultural para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras. Nesse sentido, trechos de estudos baseados em documentação inquisitorial (ou trechos das próprias fontes inquisitoriais) que tratassem de práticas curativas, rituais e crenças religiosas de diferentes matrizes (de populações de origem africana, indígena, “marranas” etc) poderiam ser utilizados na produção de textos para os alunos, de materiais para oficinas. Trechos de fontes inquisitoriais também podem servir para tratar de dimensões da sociedade colonial, do mundo dos engenhos, dos sertões, das populações indígenas, de escravizados, de famílias de cristãos-novos, de vários aspectos da vida cotidiana na colônia.

Em relação ao Oriente, uma atividade que possivelmente atrairia o interesse dos alunos seria a leitura de pequenos trechos da *Narração da Inquisição de Goa*, relato produzido Charles Dellon, que foi um ex-prisioneiro da Inquisição de Goa. Poderia ser elaborada uma oficina que explorasse, concomitantemente, alguns trechos do relato e a iconografia produzida, que representou etapas do processo (interrogatório), auto-de-fé, uso do sambenito etc.

**LEDISAR:** *Quais orientações ou conselhos você daria ao jovem que está iniciando agora a sua caminhada pela pesquisa histórica, tendo em vista a potencialidade da documentação inquisitorial e a possibilidade de acesso a estas fontes.*

**PSF:** Destacaria aos jovens que a documentação inquisitorial é bastante rica e permite o desenvolvimento de pesquisas sobre diferentes temáticas, utilizando diferentes abordagens. A potencialidade das fontes inquisitoriais é notória quando observamos que ela tem permitido estudos sobre vários objetos: as vítimas do tribunal, o funcionamento da instituição, a atuação de seus funcionários e colaboradores, a vivência nos cárceres inquisitoriais, a relação da Inquisição com outros agentes (bispos, inquisidores, missionários), as formas de religiosidade, práticas mágicas, questões em torno de gênero e sexualidades, por exemplo. A documentação inquisitorial também se revela importante em pesquisas que buscam analisar dimensões da história social, das lógicas

coetâneas de afirmação das distinções sociais e da estigmatização de determinados grupos sociais e confessionais. Tem sido utilizada também em investigações sobre cultura material, história da alimentação, práticas curativas, entre outras possibilidades.

Outro aspecto a sublinhar é o potencial da documentação inquisitorial no estudo de populações de estatuto social subalterno, cujas trajetórias de vida são menos preservadas nos arquivos; daí compreendermos como as fontes inquisitoriais têm sido relevantes para o estudo dos percursos de vida e das crenças religiosas de “pessoas comuns”, de escravizados, por exemplo.

Outra orientação seria considerar o que é possível encontrar nas fontes inquisitoriais e o que possivelmente não devemos esperar delas. Em suma, reforçaria ao jovem pesquisador a importância de compreender a natureza da documentação inquisitorial e a realização de leituras sobre os cuidados metodológicos que se deve ter no uso desta documentação.

Acerca do acesso a fontes, existem vários documentos impressos, como é o caso de várias Denúncias e Confissões produzidas no âmbito das visitas do Santo Ofício ao Brasil colonial. Há também regimentos e outros documentos impressos. Atualmente contamos com a facilidade de acesso à documentação manuscrita contida no fundo do Tribunal do Santo Ofício do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, caso de processos, maços e outros documentos da Inquisição de Lisboa, que foram digitalizados e podem ser consultados no site do mencionado arquivo.<sup>3</sup> Trata-se de um precioso acervo para o estudo de dimensões do império português, isto porque a Inquisição de Lisboa tinha jurisdição não só sobre populações que viviam nas dioceses de Lisboa e Leiria (em Portugal), mas incluía o Brasil, as ilhas atlânticas (Açores, Madeira), fortalezas e entrepostos na costa ocidental e noroeste da África. Há também profusa documentação no subfundo “Conselho Geral do Santo Ofício”, tanto sobre os tribunais inquisitoriais do reino de Portugal quanto sobre a Inquisição de Goa.

No fundo da “Inquisição de Lisboa” do Arquivo Nacional da Torre do Tombo também é possível ter acesso a traslados de alguns processos e outros documentos produzidos originalmente pela Inquisição de Goa. Tais traslados representam uma pequena parcela da monumental atividade do tribunal inquisitorial asiático, todavia, têm sido analisados de maneira bastante profícua por pesquisadores jovens e seniores nos últimos anos. Há também fontes relativas à Inquisição de Goa no fundo “Conselho Geral do Santo Ofício” da Torre do Tombo, na forma de listas de autos da fé, de sentenciados, documentos sobre visitação, cartas e consultas. Na Biblioteca Nacional de Portugal há, também, lista de sentenciados e o “Reportório” dos processos da Inquisição de Goa (1561-1623). O professor Bruno Feitler, da UNIFESP, desenvolveu uma base de dados com informações extraídas do Reportório, que pode ser acessada *online*.<sup>4</sup>

Outro interessante conjunto de fontes é aquele formado mais de 1.600 documentos relacionados à Inquisição de Goa que pertencem ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

---

<sup>3</sup> <https://digitarq.arquivos.pt>

<sup>4</sup> <http://www.i-m.mx/reportorio/reportorio/home.html>

(FBN), igualmente acessíveis no site da instituição brasileira, na seção “Acervo Digital”.<sup>5</sup> Essa documentação sob guarda da FBN é formada, sobretudo, pela correspondência do Conselho Geral do Santo Ofício de Portugal com a Inquisição de Goa, além de listas de réus, provisões, breves e demais documentos. Uma sugestão seria investigar essas cartas junto com as correspondências dos inquisidores de Goa remetidas ao Conselho Geral do Santo Ofício entre 1569 e 1630, publicadas por António Baião.<sup>6</sup>

Há também o interessante relato seiscentista de Charles Dellon, ex-prisioneiro da Inquisição de Goa (*Relation de l'Inquisition de Goa*), impresso e traduzido em diversas línguas, inclusive em português, como a tradução publicada pela editora Phoebus, em 2011, com notas críticas de Charles Amiel e Anne Lima, e tradução de Bruno Feitler.

Enfim, não faltam documentos! Uma sugestão seria a consulta prévia de guias, inventários sobre a documentação inquisitorial, como *Os arquivos da Inquisição*, de Maria do Carmo Dias Farinha e o *Guia de Fontes e bibliografia sobre a Inquisição Portuguesa*, de Célia Cristina da Silva Tavares, Daniela Buono Calainho e Pedro Marcelo Pasche de Campos. Sugiro, também, *How Can One Study the Goa Inquisition*, de autoria de Miguel Rodrigues Lourenço.<sup>7</sup> E, finalmente, é importante adotar um bom sistema de gestão das informações, para que o investigador lide da melhor forma com os dados dispersos na documentação (por vezes em documentação manuscrita formada por centenas de fólios).

---

<sup>5</sup> <https://bndigital.bn.gov.br/>

<sup>6</sup> BAIÃO, A. *A inquisição de Goa: correspondência dos inquisidores da Índia*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.

<sup>7</sup> FARINHA, M. do C. J. D. *Os arquivos da Inquisição*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Serviço de Publicações e Divulgação, 1990; TAVARES, C. C. da S.; CALAINHO, D. B.; CAMPOS, P. M. P. de. *Guia de Fontes e bibliografia sobre a Inquisição Portuguesa*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005; LOURENÇO, M. R. How can one study the Goa Inquisition?. *Archives and Access*, 03 mar. 2021. Disponível em: <https://publicarchives.wordpress.com/2021/03/03/how-to-study-the-go-inquisition/>